

Fortalecendo a agricultura familiar: o papel das políticas públicas na COOMAFITT (2019-2024)

Strengthening Family Farming: The Role of Public Policies in Coomafitt (2019–2024)

Fortalecimiento de la agricultura familiar: el rol de las políticas públicas en Coomafitt (2019-2024)

Ingrid Fecker¹, Michel Lara de Oliveira², Zenicleia Angelita Deggerone³, Adriana Carla Dias Trevisan⁴

¹Discente do Curso de Especialização em Práticas de Sustentabilidade Ambiental da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Advogada pelo Centro Universitário La Salle. Porto Alegre/RS - Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0125-5952>. E-mail: ingrid-fecker@uergs.edu.br

²Diretor Vice-presidente Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia COOMAFITT, RS. Especialista em Agroecologia pela UERGS. Três Forquilhas/RS-Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1291-2042>. E-mail: micheloliveira1991@yahoo.com.br

³Docente no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS, Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Erechim/RS - Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4286-4686>. E-mail: zenicleia-deggerone@uergs.edu.br

⁴Docente no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS. Doutora em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sant'Ana do Livramento, RS - Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5192-6431>. E-mail: adriana-trevisan@uergs.edu.br

Recebido em: 18 jun 2025 - Aceito em: 30 set 2025 - Publicado em: 01 jan 2026

Resumo

Este artigo analisa o papel das políticas públicas no fortalecimento da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), localizada no Rio Grande do Sul. O estudo abrange o período de 2019 a 2024, que foi também marcado pela pandemia de covid-19. O objetivo principal foi compreender como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuíram para a sustentabilidade da agricultura familiar e o desenvolvimento socioeconômico local. Para isso, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, baseada em consultas a dados públicos do governo federal, entrevistas com representantes da cooperativa, vídeos de acesso público e dados secundários. Os resultados da análise apontam para um crescimento na produção, a diversificação de produtos, a inclusão de jovens e mulheres, além da ampliação da agroindústria. Conclui-se que, apesar dos desafios, como a dependência de programas governamentais, a Coomafitt demonstrou grande resiliência e eficiência na gestão, consolidando-se como uma referência em organização coletiva e produção agroecológica.

Palavras-chave: Pandemia covid-19; Desenvolvimento rural; Mercados institucionais.

Abstract

This article analyzes the role of public policies in the commercialization of food produced by the Mixed Cooperative of Family Farmers of Itati, Terra de Areia, and Três Forquilhas (Coomafitt), located in Rio Grande do Sul. The study covers the period from 2019 to 2024, which was also marked by the covid-19 pandemic. The main objective was to understand how the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) contributed to the sustainability of family farming and local socioeconomic development. To this end, the research uses a qualitative, descriptive, and analytical approach based on consultations with federal government public data, interviews with cooperative representatives, publicly available videos, and secondary data. The results of the analysis point to growth in production, product diversification, the inclusion of young people and women, and the expansion of agribusiness. It is concluded that, despite challenges such as dependence on government programs, Coomafitt has demonstrated great resilience and efficiency in management, consolidating itself as a benchmark in collective organization and agroecological production.

Keywords: Covid-19 pandemic; Rural development; Institutional markets.

Resumen

Este artículo analiza el papel de las políticas públicas en la comercialización de los alimentos de la Cooperativa Mixta de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia y Três Forquilhas (Coomafitt), ubicada en Rio Grande do Sul. El estudio abarca el período comprendido entre 2019 y 2024, que también estuvo marcado por la pandemia de covid-19. El objetivo principal fue comprender cómo el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) contribuyeron a la sostenibilidad de la agricultura familiar y al desarrollo socioeconómico local. Para ello, la investigación utiliza un enfoque cualitativo, descriptivo y analítico, basado en consultas a datos públicos del gobierno federal, entrevistas con representantes de la cooperativa, videos de acceso público y datos secundarios. Los resultados del análisis apuntan a un crecimiento de la producción, la diversificación de los productos, la inclusión de jóvenes y mujeres, así como la expansión de la agroindustria. Se concluye que, a pesar de

los desafíos, como la dependencia de programas gubernamentales, Coomafitt ha demostrado una gran resiliencia y eficiencia en la gestión, consolidándose como una referencia en la organización colectiva y la producción agroecológica.

Palabras-clave: Pandemia covid-19; Desarrollo rural; Mercados institucionales.

INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar (AF) é essencial para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil, desempenhando um papel fundamental no abastecimento alimentar e na geração de emprego. De acordo com o Censo Agropecuário elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a agricultura familiar responde por 77% dos estabelecimentos agrícolas no país, abrangendo cerca de 80 milhões de hectares e empregando mais de 10 milhões de pessoas. Esse setor é responsável por grande parte dos alimentos consumidos no Brasil, incluindo itens essenciais como arroz, feijão, leite e frutas. Além disso, a AF também contribui para a sustentabilidade ambiental, com muitos produtores adotando práticas agroecológicas que promovem a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas (Brasil, 2021). Assim, esse setor não apenas fortalece a segurança alimentar, mas também ajuda a proteger o meio ambiente, sendo muito importante para o desenvolvimento sustentável do país.

Dentro deste contexto, a agricultura familiar ainda contribui para a manutenção das tradições culturais, para a ocupação de territórios rurais e para a redução das desigualdades sociais, proporcionando trabalho (Aquino; Schneider, 2021) e renda para milhões de agricultores/as que desenvolvem atividades em pequenas unidades de produção. No entanto, apesar da relevância estratégica da AF para a segurança alimentar, o abastecimento interno (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010) e a sustentabilidade dos territórios rurais (Maciel; Troian, 2022), os/as agricultores/as familiares enfrentam inúmeras desigualdades em termos de acesso a políticas públicas quando comparada ao agronegócio.

No Plano Safra 2023/2024, por exemplo, enquanto foram designados R\$ 364,22 bilhões de reais ao agronegócio, à agricultura familiar foi destinado R\$ 71,6 bilhões via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Brasil, 2024a, 2024b). Ainda, quase 75% dos/as agricultores/as familiares não recebem assistência técnica

contínua (Conab, 2022), o que agrava suas dificuldades diante de um mercado competitivo e dos desafios impostos pela crise climática. Nesse contexto desigual, os dois programas do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mesmo com limitações orçamentárias, têm sido fundamentais para a agricultura familiar.

O PAA foi criado pela Lei nº 10.696/2003 e garante que a produção da agricultura familiar seja comprada pelo poder público (Brasil, 2003a). Os alimentos adquiridos são, então, destinados a entidades socioassistenciais, escolas e comunidades em situação de vulnerabilidade. Este programa possui seis modalidades (**Figura 1**) de compras de produtos da agricultura familiar, sendo: compra com doação simultânea, compra direta da agricultura familiar, apoio à formação de estoques, PAA leite, compra institucional e aquisição de sementes.

A Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), que instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garante que pelo menos 30% dos recursos da merenda escolar sejam usados na compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares. O PNAE é operacionalizado por um conjunto de regulamentos, nos quais o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem um papel fundamental. De acordo com a Resolução CD/FNDE n.º 06/2020, o programa permite que a execução descentralizada adquira alimentos diretamente da agricultura familiar.

Neste cenário, a Cooperativa Mista de Agricultores/as Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), localizada no estado do Rio Grande do Sul, fundada em 2006, é um exemplo concreto de que, mesmo diante dessas adversidades, a organização coletiva aliada a políticas públicas bem direcionadas pode transformar a realidade rural e fortalecer a agricultura familiar. Inicialmente dedicada à comercialização de mel, a cooperativa ampliou seu escopo de atuação a partir da inserção em mercados institucionais, como o PNAE e o PAA. Essa inserção proporcionou a expansão das atividades e a diversificação da base produtiva da cooperativa.



Figura 1. Modalidades dos Programas de Aquisição de Alimentos e a execução do PNAE.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Conforme argumentam Grisa e Schmitt (2015), a ampla gama de políticas públicas direcionadas a AF deu origem a um cenário institucional complexo, composto por políticas agrícolas, agrárias, de desenvolvimento rural territorial, de segurança alimentar e nutricional, bem como por iniciativas de enfoque ambiental. A pluralidade desses instrumentos públicos, resultou em uma configuração marcada pela sobreposição e articulação de distintas áreas temáticas e setoriais.

Dentro desta realidade, este artigo analisa o papel das políticas públicas para a comercialização dos alimentos da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), localizada no Rio Grande do Sul, no período de 2019 a 2024. O estudo aborda a interação entre os principais componentes da cadeia de produção, ou seja, produtores, produtos, beneficiários e órgão federal, representado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Busca-se destacar como essas iniciativas, protagonizadas pela Coomafitt, contribuíram para promover a sustentabilidade, o desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, o fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, a pesquisa busca entender de que forma a adoção de práticas agroecológicas e o apoio técnico contribuíram para a melhoria da qualidade dos produtos e para a inclusão de novos agricultores/as, como jovens e mulheres, no processo produtivo. Ao final, serão discutidos os desafios enfrentados pela cooperativa e as perspectivas futuras para o seu fortalecimento.

METODOLOGIA

Este estudo empregou uma abordagem quanti-qualitativa, com o objetivo de analisar a evolução da cadeia produtiva da Coomafitt entre os anos de 2019 e 2024. A escolha do período visa comparar a dinâmica da Coomafitt antes e após a pandemia, analisando como políticas públicas e estratégias da cooperativa se adaptaram aos impactos socioeconômicos da covid-19. Inicialmente, foi realizada entrevista semiestruturada com dois gestores da atual diretoria que, devido ao seu cargo, possuem dados relacionados a: número de agricultores/as cooperadas, número de unidades de produção que possuem selo de produção orgânica, emitidos pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), tipos de práticas agroecológicas e dados históricos da Coomafitt. Após essa interlocução, visando aprimorar o perfil histórico da cooperativa, foram analisados seis documentos audiovisuais que abordam como a cooperativa está articulada em rede, o trabalho protagonizado pelas mulheres rurais, a produção agroecológica de alimentos, a juventude rural e o histórico da Coomafitt, disponíveis no site da cooperativa (www.coomafitt.com.br).

Para a delimitação quantitativa, foram utilizados dados disponíveis na Conab a partir do acesso na base de dados da “Transparência Pública do PAA”, informando os seguintes filtros: ano “2019 a 2024”, modalidade “Compra com Doação Simultânea”, origem do recurso “Ministério do Desenvolvimento Social”. Após esse procedimento, os filtros utilizados foram: estado “Rio Grande do Sul”, município proponente “Itati”. Após esses procedimentos, realizados ano a ano, utilizou-se os resultados das operações faturadas pela Coomafitt. Os dados disponibilizados foram tabelados em planilha Excel para a análise das seguintes variáveis: tipo de produto, quantidade e valor comercializado por ano, dentro do período de análise.

A análise dos dados quantitativos e qualitativos foi realizada a partir de síntese de dados a partir de planilhas Excel e de sínteses descritivas. Assim, a seguir, são apresentados os resultados estruturados sobre a história da cooperativa, o papel do PAA e PNAE à Coomafitt, o impacto dessas políticas na produção e uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelos cooperados.

HISTÓRICO DA COOMAFITT

A Coomafitt foi criada em 2006, sob regime jurídico das sociedades cooperativas, conforme estabelecido pelo art. 10 da Lei n.º 5.764/1971 (Brasil, 1971), que define a Política Nacional de Cooperativismo (PNC) a partir da necessidade de um grupo de apicultores e agricultores/as com a demanda inicial de comercialização de mel. Ao longo dos anos, a Coomafitt cresceu, aumentou sua oferta de produtos e se fortaleceu com a participação ativa dos cooperados e da transparência em suas operações, utilizando mecanismos de diálogos presenciais, registros escritos e audiovisuais, compartilhados em formatos de atas, relatórios e vídeos, tanto para a governança, quanto para os planejamentos dos cultivos nas propriedades dos/as cooperados/as.

Em 2008, a cooperativa executou seu primeiro projeto fomentado pelo PAA, modalidade “Compra com Doação Simultânea”. Esse projeto proporcionou segurança na comercialização dos alimentos produzidos e garantiu preços justos, facilitando a programação do plantio, a escolha e a quantidade dos produtos a serem produzidos. Outro marco importante na história da Coomafitt foi a entrada em vigor da Lei n.º 11.947/2009 (Brasil, 2009), que regulamentou a alimentação escolar. Esta lei determinou que 30% dos recursos do PNAE fossem destinados à compra de alimentos diretamente da agricultura familiar. Esse marco legal permitiu à Coomafitt ampliar o número de agricultores/as familiares no atendimento desses programas, e, com isso, possibilitou investimentos em suas propriedades rurais, aquisição de maquinários e insumos, e melhoria na qualidade de vida por meio do aumento da renda familiar e da viabilidade econômica das propriedades. Com isso, a Coomafitt tem fortalecido políticas internas para o envolvimento contínuo do público jovem e feminino. As falas das entrevistas e os registros audiovisuais destacam que a participação dos jovens é incentivada e eles têm sido fundamentais para o desempenho do cooperativismo na região bem como as mulheres são valorizadas e essenciais para o desenvolvimento e a evolução da cooperativa. A garantia de renda e melhoria nas condições de trabalho têm incentivado os jovens a permanecerem no campo e aliam seus estudos às práticas rurais, contribuindo para a sustentabilidade do território rural.

Na perspectiva produtiva, a Agroecologia também é um dos pilares da cooperativa, que incentiva os/as agricultores/as a adotarem práticas sustentáveis e a fazerem a transição para sistemas agroecológicos de alimentos. A Coomafitt apoia grupos de certificação participativa de orgânicos e a estruturação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), conforme prevê a Lei n.º 10.831/2003 (Brasil, 2003b), regulamentada pelo Decreto n.º 6.323/2007 (Brasil, 2007), que estabeleceu as diretrizes para a produção orgânica no Brasil.

A adoção da Agroecologia trouxe benefícios como a diversificação de produtos e a troca de sementes, além de melhoria na saúde dos/as agricultores/as e do meio ambiente. Com isso, até 2024, a Coomafitt possuía 24 certificados de produtos orgânicos, o que atesta a conformidade de suas práticas agrícolas com padrões de qualidade e respeito ao meio ambiente exigidos pelo mercado e base legal. Essa certificação não apenas agrega valor aos produtos, mas também fortalece a confiança dos consumidores e reafirma a cooperativa como referência em agricultura sustentável. Um limitante à certificação, é a ausência de critérios para categorizar os níveis de transição agroecológica, o que resulta em um volume elevado de agricultoras/es que estão em transição, mas são categorizados como convencionais.

A produção de alimentos é fundamental para as famílias rurais, tanto para manter a renda familiar quanto para garantir a alimentação da própria família. Nesse sentido, Cazella, Bonnal e Maluf (2009), entendem que a produção de alimentos permanece como elemento fundamental para o autoconsumo das famílias do meio rural (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010) especialmente por estar diretamente ligada à garantia de sua segurança alimentar. Atualmente, a Coomafitt conta com 305 associados e associadas, pequenos e médios agricultores/as que desempenham um papel muito importante na produção agrícola diversificada. Além disso, a Coomafitt dispõe de uma equipe de 29 funcionários que atuam em áreas estratégicas, incluindo logística, administração e assistência técnica aos/às associados/as.

Para construir uma governança mais forte e aprimorar sua logística, a Coomafitt se organizou com a Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Redecoop). Essa parceria permitiu que a cooperativa articulasse suas

demandas e participasse, de forma coletiva, de licitações, chamadas públicas e pregões. O resultado foi o compartilhamento de conhecimento e a otimização de recursos, aproveitando a experiência de cada cooperativa e reforçando a essência do cooperativismo.

IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA COOMAFITT

As principais políticas públicas de comercialização de alimentos que incentivam a agricultura familiar no Brasil são o PNAE e o PAA, que, juntos, garantem a segurança alimentar e nutricional da população (Santos, 2021; Sambuichi *et al.*, 2022). De acordo com o Portal da Transparência (Brasil, 2025), o PNAE entre o período de 2019 a 2024 operou com recursos estáveis até 2022, com uma média de investimentos de R\$ 3,9 milhões, e, somente em 2023, teve um aumento de 38%, alcançando R\$ 5,5 bilhões. Já o PAA apresentou acentuada flutuação orçamentária, com uma redução de 74% em 2022, passando de R\$ 287,4 para R\$ 90,4 milhões. Em 2023, alcançou um patamar de R\$ 900 milhões, e uma redução de 39% em 2024, com investimentos de R\$ 356,6 milhões.

A participação da Coomafitt no mercado institucional de alimentos tem sido fundamental não apenas para o seu crescimento, mas também para a sua resiliência durante os desafios impostos pela pandemia e crise climática (Chaves, 2023). Os referidos programas foram essenciais para garantir a continuidade da movimentação dos produtos da AF, assegurando uma fonte de renda estável para seus/suas associados/as em um período marcado por incertezas e retração econômica. Essas iniciativas, além de garantir a segurança financeira, possibilitaram que a cooperativa se mantivesse ativa e fortalecesse o apoio aos seus/suas agricultores/as, permitindo-lhes o acesso a mercados essenciais e a continuidade da produção (Leite, 2023). Como apontam Makishi *et al.* (2021), as políticas públicas podem ajudar os/as agricultores/as a usar a terra de maneira mais sustentável, tornar a produção mais rentável e dar mais independência às famílias de garantir políticas de capacitação com cursos e treinamento para a melhoria contínua das técnicas de cultivo e práticas agrícolas.

O PNAE fortalece a economia local, fomenta cadeias de proximidade de comercialização e contribui para a segurança alimentar dos estudantes, pois prioriza alimentos frescos e

saudáveis, como frutas, hortaliças, grãos e laticínios, evitando o excesso de ultraprocessados nas escolas (Fian Brasil, 2024). Outro aspecto relevante é o incentivo à produção agroecológica e orgânica, o que gera impactos positivos tanto na saúde das crianças quanto no meio ambiente (Sambuichi *et al.*, 2024). No caso da Coomafitt, o PNAE tem sido um dos pilares fundamentais para a comercialização dos produtos da cooperativa. A inserção dos/as agricultores/as familiares nesse programa possibilitou não apenas a ampliação da produção, mas também a diversificação dos cultivos, garantindo mais estabilidade financeira aos cooperados.

O PAA possui o diferencial por eliminar intermediários, garantindo que o agricultor familiar receba um valor justo pela sua produção e tenha previsibilidade em suas vendas (Sambuichi *et al.*, 2022). Além disso, o programa incentiva práticas sustentáveis, promovendo a diversidade de culturas e a produção de alimentos mais saudáveis. Para a Coomafitt, a operacionalização das vendas tem sido a partir do mecanismo de compra com doação simultânea, sendo esse instrumento uma peça-chave no crescimento da cooperativa. Por meio dele, a produção dos associados tem um destino certo, garantindo renda estável e incentivando a permanência dos/as agricultores/as no campo. Os agricultores/as fornecem produtos como frutas, hortaliças e itens processados (chips de banana, doces) para as instituições cadastradas.

Nos últimos anos, a participação da cooperativa no programa permitiu o fortalecimento da agroindústria local, agregando valor aos produtos e ampliando as oportunidades de comercialização. É importante ressaltar que o PAA não é apenas um programa de compra de alimentos, uma vez que é um instrumento de desenvolvimento rural, inclusão social e segurança alimentar (Gazolla; Schneider, 2010; Sambuichi *et al.*, 2022; Sambuichi *et al.*, 2024; Grisa).

Durante a pandemia, no período de 2020 a 2023, a Coomafitt demonstrou capacidade de adaptação e inovação, ampliando sua atuação no mercado institucional. A cooperativa não apenas cumpriu os requisitos dos programas governamentais, mas também se destacou como um exemplo de eficácia na utilização de recursos públicos. Como destacado por Cazella *et al.* (2009), o suporte do governo é fundamental para incentivar a

agricultura familiar, e garantir que as famílias rurais permaneçam no campo, além de promover a redução de desigualdades, incentivar práticas agroecológicas e valorizar os saberes tradicionais.

O apoio governamental direcionado à Coomafitt mostrou-se um fator determinante para a sustentabilidade econômica e reprodução social dos pequenos agricultores/as, viabilizando a manutenção de suas atividades produtivas e, conseqüentemente, sua contribuição contínua para a segurança alimentar das comunidades locais. Entretanto, identificou-se dois riscos estruturais relevantes à permanência dessas políticas destinadas à agricultura familiar: (i) a elevada dependência política; (ii) as barreiras burocráticas enfrentadas pelas/os agricultoras/es.

De acordo com Moreira *et al.*, (2021) a dependência política está associada a sobrevivência financeira de algumas organizações (cooperativas) da agricultura familiar que dependem, em grande parte, dos canais de venda institucionais, visto que elas raramente acessam outros tipos de mercados (Moreira *et al.*, 2021). Logo, as barreiras burocráticas estão relacionadas ao desconhecimento dos processos operacionais da execução das políticas públicas, assim como a falta de conhecimentos gerenciais (Moreira *et al.*, 2021) para a execução das atividades gerenciais, administrativas e contábeis.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Conab, enfrentou adversidades durante o período analisado, marcadas por restrições orçamentárias decorrentes do contexto político nacional. Apesar desses desafios, a experiência da cooperativa Coomafitt evidencia a capacidade de resiliência proporcionada por uma estrutura consolidada ao longo do tempo, destacando o papel estratégico das políticas públicas e do cooperativismo na sustentação da agricultura familiar em momentos de crise.

A atuação da cooperativa em mercados institucionais (Schneider, 2016) reforça a necessidade de um apoio estatal contínuo e estruturado para garantir a sustentabilidade dessas organizações. Conforme aponta Souza (2021), as políticas públicas são fundamentais para promover a inclusão socioeconômica da agricultura familiar, ampliando seu acesso ao mercado e assegurando condições justas de comercialização.

Nesse sentido, Silva e Ciríaco (2022) argumentam que o apoio governamental é importante para a consolidação das cooperativas, ao viabilizar investimentos em tecnologia, expansão produtiva e dinamização das economias locais. Assim, as políticas públicas configuram-se como alicerces do desenvolvimento rural sustentável, promovendo a equidade, a geração de renda e a construção de territórios mais resilientes e socialmente inclusivos (Chaves, 2023).

CADEIA PRODUTIVA DA COOMAFITT (2019-2024)

A cadeia produtiva da Coomafitt é composta por três elos fundamentais: os produtores/as (agricultores/as familiares), os produtos (bens agrícolas) e os beneficiários (entidades e programas sociais que recebem os alimentos). Cada um desses elos desempenha um papel vital na operação da cooperativa e na realização de sua missão de promover a AF e garantir a segurança alimentar e nutricional.

Os/as agricultores/as familiares constituem o elo mais forte da Coomafitt, representando uma diversidade de pequenas unidades produtivas que cultivam uma variedade de bens agrícolas. Entre 2019 e 2024, a cooperativa implementou programas de capacitação e assistência técnica, em parceria com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e outras entidades, visando aprimorar as práticas agrícolas e a gestão das propriedades agrícolas. Esse período também foi marcado pelo fortalecimento do associativismo, onde a participação ativa nas decisões da cooperativa incentivou um senso de pertencimento e comprometimento entre os membros.

A Coomafitt buscou incluir novos/as agricultores/as, especialmente jovens (Braga; Maciel, 2022; Thesing *et al.*, 2022) e mulheres (Leite; Lorenzi, 2023; Almeida; Bonavigo; Zambiasi, 2025) no processo produtivo, reconhecendo a importância de sua contribuição para a inovação e sustentabilidade (Rocha; Steiner Neto, 2021). A participação desses grupos diversificou as práticas agrícolas e ampliou a oferta de produtos, promovendo uma maior resiliência da cooperativa diante de desafios como mudanças climáticas e variações de mercado (Chaves, 2023).

Desde 2020 a diversificação de produtos é uma estratégia adotada pelos/as agricultores/as para atender às exigências do PAA, que incentiva a produção diversificada e de qualidade. Além disso, houve um aumento no uso de práticas agrícolas sustentáveis, como práticas de produção orgânica, o que melhorou a qualidade e a aceitação dos produtos no mercado institucional. Os produtos gerados pela Coomafitt variam de hortaliças a frutas *in natura* ou industrializados, refletindo a riqueza da AF na região. As práticas agroecológicas que melhoraram a qualidade dos alimentos e tornaram a produção mais sustentável (Sambuichi *et al.*, 2024), é resultante da valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar a qual engloba não apenas a produção de alimentos saudáveis, mas também a proteção dos recursos naturais e a valorização do tecido social e cultural (Cazella *et al.*, 2009).

Em 2014, ocorreram as primeiras certificações pela OPAC Litoral Norte do Rio Grande do Sul, região de atuação da Coomafitt. A adoção de certificações a partir desse ano, como a de produtos orgânicos, teve um impacto na valorização dos bens agrícolas. A adoção de sistemas de certificação participativa permitiu que os/as produtores/as atendessem novos mercados, aumentando a competitividade e o acesso a nichos de mercado que priorizam a sustentabilidade e a saúde (Vieira; Coimbra; Feitosa, 2024). Esse foco na qualidade e na sustentabilidade contribuiu para um fortalecimento da imagem da Coomafitt, promovendo um reconhecimento crescente entre consumidores e parceiros.

De acordo com dados da Conab entre 2019 e 2024, constatou-se uma expansão da produção agrícola da Coomafitt. Em 2019, nos projetos oriundos da Conab, a cooperativa comercializava aproximadamente 82,3 toneladas de alimentos por ano. Em 2024, esse volume aumentou para 108,3 toneladas, representando um crescimento de cerca de 32% no período (Brasil, 2024b). Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento da demanda do PAA e pelo interesse da cooperativa em firmar projetos junto à Conab. Uma das estratégias de impacto para esses resultados foi a agroindustrialização dos produtos.

Atualmente, as agroindústrias da Coomafitt pertencem aos/às próprios/as associado/as, que somam 17 membros, e a instituição está desenvolvendo um projeto para a construção de uma agroindústria própria. Essa iniciativa visa beneficiar todos os associados, uma vez

que proporcionará um espaço estruturado e devidamente regularizado para a produção e a comercialização, otimizando as operações e agregando valor aos produtos. Com isso, os/as agricultores/as terão acesso a mais um local adequado para o processamento de seus produtos, agregando valor à produção e ampliando as oportunidades de mercado.

Os produtos provenientes da agroindústria, embora ainda presentes em pequena escala nos projetos da Coomafitt, tem se mostrado um setor em crescimento contínuo, com perspectivas promissoras. A cada ano, investimentos estratégicos têm fortalecido sua atuação, ampliando tanto a diversidade quanto a quantidade de produtos ofertados. Entre os itens produzidos na agroindústria destacam-se: o açúcar mascavo, o aipim descascado, os chips de banana e batata-doce, o doce de fruta em diversos sabores, o mel, o melado e a polpa de maracujá. Esses produtos representam não apenas a riqueza da AF, mas também a capacidade da cooperativa em agregar valor à produção local, conquistando mercados mais amplos. Com o fortalecimento da agroindústria, a expectativa é de que esses números continuem a crescer, reforçando a posição da Coomafitt como um agente essencial no desenvolvimento socioeconômico regional.

O terceiro elo são os beneficiários, entidades participantes dos programas sociais. Os beneficiários da cadeia produtiva da Coomafitt incluem escolas, hospitais, organizações não governamentais e outros programas sociais que recebem os alimentos produzidos pela cooperativa. De 2019 a 2024, a Coomafitt ampliou sua atuação nesse elo, aumentando a quantidade e a frequência das doações e comercializações para instituições que promovem a segurança alimentar e a nutrição nas comunidades. Uma parte dos produtos da Coomafitt teve como público final várias famílias em situação de vulnerabilidade social. A cooperativa não só garantiu a entrega de alimentos frescos e saudáveis, mas também sensibilizou as comunidades sobre a importância da alimentação de qualidade e o apoio à AF.

A cooperação com entidades de assistência social e programas governamentais, que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social, reforçou a importância do trabalho da Coomafitt na promoção da inclusão social e econômica, estabelecendo parcerias que ampliaram o alcance e a eficácia das ações realizadas. Os principais

beneficiários foram creches e escolas públicas, especialmente para programas de alimentação escolar; abrigos, centros de atendimento a idosos e programas de combate à fome; e hospitais e clínicas de reabilitação. Os beneficiários do PAA receberam alimentos de alta qualidade, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e nutricional de populações em situação de vulnerabilidade social (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010; Sambuichi *et al.*, 2022; Sambuichi *et al.*, 2024). Além disso, o programa possibilitou a manutenção de um fluxo constante de produção, evitando desperdícios e garantindo que os alimentos cheguem a quem mais necessita.

DADOS QUANTITATIVOS DA CADEIA PRODUTIVA

Ao longo do período de 2019 a 2024, a cadeia produtiva da Coomafitt demonstrou um progresso significativo, conforme pode ser observado na **Figura 2**, refletindo a interdependência entre os elos da produção, a diversificação e a valorização dos produtos, e o impacto positivo nas comunidades atendidas. Durante o período, a cesta de produtos oferecidos cresceu de 19 produtos em 2019 a 31 em 2024. Essa evolução não apenas fortaleceu a cooperativa, mas também consolidou seu papel como um agente de transformação social e econômica, contribuindo para a sustentabilidade da AF na região. Como pode-se observar, houve uma variação no valor das vendas, com um crescimento acentuado no período entre 2023 e 2024 (Conab, 2024).

A banana *in natura* é o principal produto comercializado pela cooperativa, apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos. Conforme **Figura 3**, entre 2019 e 2024 houve um aumento no volume comercializado em 86,63% e 624,92% no faturamento, evidenciando a valorização do produto no mercado e o significativo aumento nos lucros.

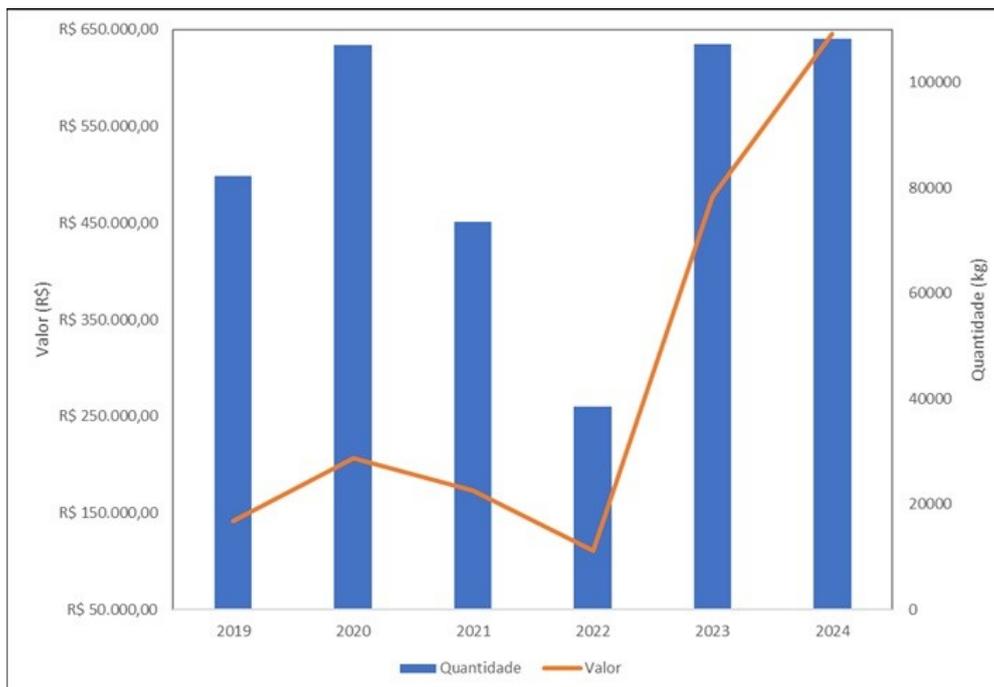


Figura 2. Gráfico da evolução anual da quantidade total de produtos e valor de vendas realizadas pela Coomafitt no período de 01/01/2019 a 11/11/2024.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da Conab (2024).

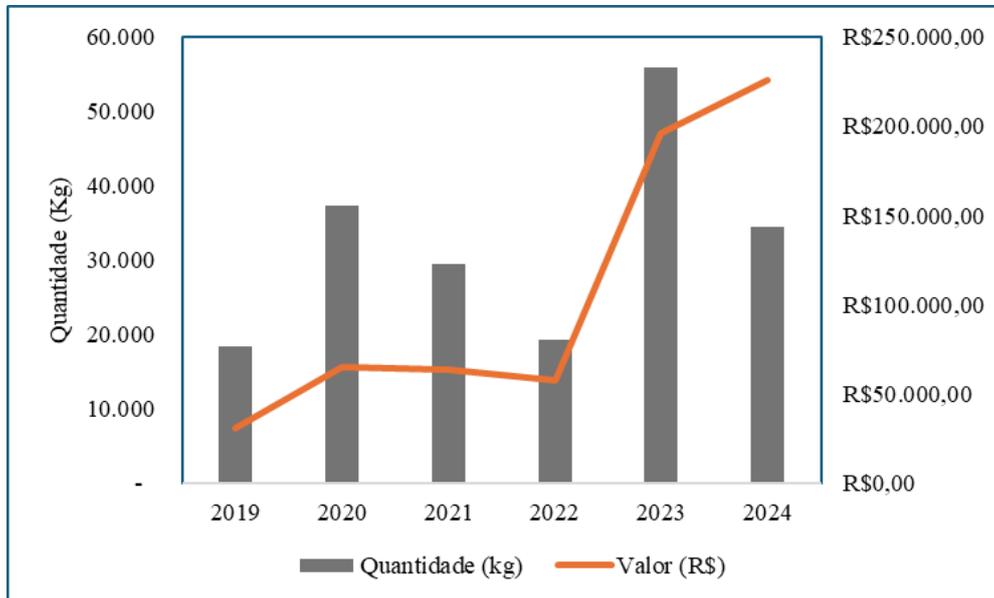


Figura 3. Gráfico da evolução anual da quantidade total e valor de vendas da banana realizadas pela Coomafitt no período de 01/01/2019 a 11/11/2024.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da Conab (2024).

Mesmo diante das adversidades trazidas pela pandemia de covid-19 a atuação das políticas públicas de abastecimento desempenhou um papel essencial. Essas políticas não apenas garantiram a sobrevivência e operação da cooperativa durante o período de crise, mas também asseguraram o abastecimento contínuo de alimentos provenientes da AF. Associado às vendas de cestas, a Coomafitt conseguiu manter a comercialização de seus produtos neste período de crise. Em 2022, a Coomafitt experimentou uma queda significativa nas vendas, tanto em valor quanto em quantidade. Esse declínio pode estar associado a uma série de fatores que impactaram diretamente a produção e comercialização dos produtos da cooperativa.

Um dos possíveis fatores observados pelos/as agricultores/as é a variabilidade climática que afeta a AF, especialmente em culturas dependentes de condições climáticas específicas (Carneosso; Batista; Vaz, 2024). Assim, chuvas intensas, secas prolongadas ou outros eventos extremos podem ter comprometido a produção, resultando em menor oferta de produtos e, conseqüentemente, em menor receita. Além disso, a questão econômica no pós-pandemia e as mudanças nas políticas públicas também contribuíram para essa retração (Grisa *et al.*, 2022; Leite *et al.*, 2023). Os programas que tradicionalmente apoiam a AF, como o PAA e o PNAE, passaram por ajustes orçamentários e operacionais que afetaram diretamente o volume de compras governamentais (Grisa *et al.*, 2022). Esses cortes de recursos ou reformas nas diretrizes dos programas reduziram a demanda pelos produtos da Coomafitt, impactando negativamente as vendas de 2022. Portanto, essa queda nas vendas em 2022 reflete uma combinação de fatores econômicos, logísticos, políticos e climáticos, ressaltando a vulnerabilidade do setor agrícola a esses desafios.

Contudo, esse cenário também serviu para fortalecer a resiliência da cooperativa ao buscar novas estratégias temporárias de comercialização, diversificação de produtos e até inovação no acesso às políticas públicas. Como mostra o artigo denominado “Políticas públicas e resiliência da agricultura familiar”, pode-se entender que a resiliência representa um avanço rumo à sustentabilidade em sua totalidade, garantindo a continuidade do bem-estar social e ambiental ao longo do tempo (Makishi *et al.*, 2021). Na busca de estratégias de recuperação, a cooperativa inicia com uma política interna de

fortalecimento geral de sua operação e de seus processos de comercialização, com isso, conforme apresentado anteriormente, entre 2023 e novembro 2024, a Coomafitt apresentou um aumento de mais de 35% nas receitas.

ANÁLISE SOBRE A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA COOMAFITT (2019-2024)

A análise da produção da Coomafitt entre 2019 e 2024, revela tendências à expansão financeira, ao comportamento de mercado de seus principais produtos e aos reflexos diretos para os/as agricultores/as associados/as. Entre 2019 e 2024, a produção total apresentou um crescimento de 31,64%, partindo de 82.288,3 kg em 2019 para 108.325,79 kg em 2024 (Conab, 2024), com algumas flutuações em anos intermediários. Apesar das flutuações, especialmente a queda registrada em 2022, o retorno ao crescimento nos anos subsequentes demonstra resiliência e capacidade de adaptação dos/as agricultores/as associados/as frente a desafios externos, como condições climáticas adversas, políticas públicas vigentes ou oscilações do mercado.

A banana, considerando as variedades Banana Prata e Banana Comum, destacou-se como o principal produto comercializado em termos de volume, refletindo sua relevância no mix de produtos da cooperativa. Em 2023, esse item alcançou sua maior produção no período analisado, com 55.951,5 kg (Conab, 2024), representando 52% do total produzido, conforme demonstrado na **Figura 4**. Esse desempenho traduz-se em ganhos diretos para os/as agricultores/as que se dedicam ao cultivo da banana, representando uma fonte de renda mais estável e incentivando o aumento da área de cultivo e melhorias no manejo agrícola.

O aumento do valor total das vendas, que partiu de R\$ 141.552,35 em 2019 para R\$ 646.093,79 em 2024 (Conab, 2024), representando um acréscimo de 350%, impacta positivamente os/as agricultores/as associado/as da Coomafitt. Esses resultados não apenas incrementam a renda individual dos produtores e produtoras, mas também permitem investimentos em tecnologias agrícolas, qualificação técnica e diversificação produtiva. Além disso, este incremento fortalece a expansão da cooperativa no mercado

regional, oferecendo maior segurança aos/as produtores/as para escoamento da produção e minimizando os riscos associados às oscilações de preços no mercado aberto.

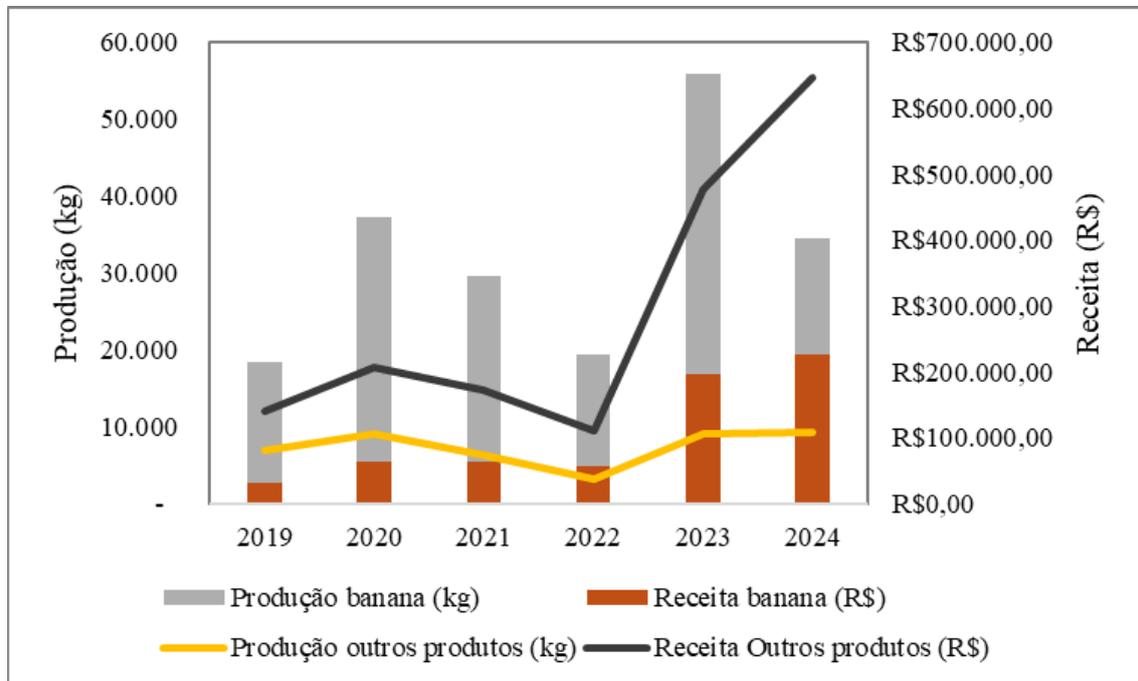


Figura 4. Dados de produção e receita total em comparação a produção da banana *in natura*
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da Conab (2024).

Outro ponto a destacar é a diversificação produtiva da Coomafitt que começou a se intensificar a partir de 2020, quando novos produtos foram incluídos na comercialização, como milho, maracujá, moranga cabotiá e vagem, ampliando a variedade, além das frutas e hortaliças tradicionais. Esse processo se consolidou ainda mais em 2023 e 2024, com a introdução de produtos processados, como açúcar mascavo e doce de fruta, além da ampliação da oferta de pimentão, abacate e raízes como mandioca (aipim). Essa expansão demonstra não apenas uma maior capacidade produtiva, mas também um esforço da cooperativa em agregar valor aos produtos e diversificar os mercados atendidos, reduzindo a dependência de um único tipo de cultura e fortalecendo sua sustentabilidade econômica. Além disso, esses novos itens permitem melhor aproveitamento de áreas cultiváveis e incentivam práticas agrícolas sustentáveis, promovendo a rotação de culturas e a conservação do solo.

Em resultado desta diversificação, os/as associados/as relatam maior valorização de seus produtos em mercados institucionais (Schneider, 2016), que valorizam a diversificação e

priorizam a compra de alimentos da agricultura familiar. Ainda de acordo com Schneider (2016) as iniciativas governamentais voltadas à agricultura familiar são fundamentais para integrar os agricultores familiares à economia, ampliando suas oportunidades de acesso a mercados e assegurando remuneração justa por seus produtos. Esse apoio possibilitou a comercialização contínua, mesmo diante de desafios econômicos, como a pandemia de covid-19.

Além disso, o apoio governamental permitiu que a Coomafitt investisse em práticas sustentáveis, baseadas nos princípios da Agroecologia, promovendo a sustentabilidade ambiental, a qualidade dos alimentos produzidos e a participação na estruturação de saberes e fazeres. Nesse sentido, Silva e Ciriaco (2022) enfatizam que o incentivo estatal, por meio de políticas públicas, é indispensável para o fortalecimento das cooperativas, viabilizando o acesso dos agricultores e agricultoras familiares às novas tecnologias, bem como na expansão de suas atividades e no desenvolvimento da economia local. Isso também está alinhado com a perspectiva de Altieri (1998), que afirmam que a Agroecologia propõe uma alternativa sustentável para que a agricultura familiar se adapte às mudanças climáticas, enquanto conserva o meio ambiente e valoriza a biodiversidade.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar do progresso alcançado, a Coomafitt ainda enfrenta desafios, como a dependência das políticas públicas e a necessidade de diversificar seus canais de venda para reduzir essa vulnerabilidade. Essa questão é especialmente relevante em um contexto de possíveis mudanças políticas ou cortes nos programas de apoio governamental.

Para assegurar a continuidade de seu desenvolvimento, é muito importante que a cooperativa continue investindo em inovação e capacitação técnica, além de buscar novos mercados para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Assim, a trajetória da Coomafitt demonstra como a AF pode ser um motor de desenvolvimento sustentável, desde que apoiada por políticas públicas consistentes e estratégias inovadoras que envolvam os próprios agricultores/as. O fortalecimento dessas iniciativas é fundamental para garantir tanto a segurança alimentar quanto a melhoria da qualidade de vida no campo. Em última análise, a experiência da Coomafitt sublinha a importância de manter e

expandir esses programas de apoio, para que a AF continue a florescer e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

RESULTADOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Entre 2019 e 2024, a Coomafitt apresentou uma trajetória de fortalecimento da sua cadeia produtiva, impulsionada principalmente pelas políticas públicas do PAA e do PNAE. A produção da cooperativa cresceu 31,6%, passando de 82.288,3 kg para 108.325,79 kg (Conab, 2024). Houve também significativa diversificação no portfólio, com a inclusão de produtos como abacate, mandioca, polpas, chips e doces. Essa ampliação foi fundamental para atender às exigências dos programas públicos e acessar nichos de mercado mais qualificados.

A adoção de práticas agroecológicas trouxe benefícios à saúde dos/as agricultores/as, à biodiversidade e à valorização dos produtos. Até 2024, a cooperativa contava com 24 certificações orgânicas e fortalecia sua atuação por meio da OPAC. Paralelamente, a participação de jovens e mulheres tornou-se eixo estratégico, promovendo a inclusão social, o empoderamento e a geração de renda no campo. A agroindústria local ganhou destaque ao agregar valor à produção, com itens como melado, banana desidratada, polpa de maracujá e aipim descascado. Durante a pandemia, a Coomafitt demonstrou resiliência, mantendo as atividades via PAA e entrega de cestas, o que reforçou seu papel social e sua importância para a segurança alimentar.

O valor das vendas cresceu significativamente, passando de R\$ 141.552,35 em 2019 para R\$ 646.093,79 em 2024 (Conab, 2024), garantindo maior estabilidade econômica e capacidade de investimento em infraestrutura. Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais, como a dependência dos programas públicos, a volatilidade climática e o acesso limitado a mercados privados. A diversificação dos canais de comercialização, a adoção de tecnologias e o fortalecimento da identidade de marca são caminhos fundamentais para ampliar a sustentabilidade da cooperativa. A continuidade das políticas públicas e o apoio técnico são essenciais para consolidar os ganhos obtidos, garantindo um futuro mais resiliente para a Coomafitt e as comunidades que dela dependem.

CONCLUSÕES

A Coomafitt enfrenta alguns desafios que estão relacionados a dependência de programas governamentais, a falta de infraestrutura e a vulnerabilidade socioeconômica de seus membros. No entanto, estratégias como a diversificação dos canais de venda, a ampliação da agroindústria, o investimento em capacitação tecnológica e o fortalecimento de práticas agroecológicas são importantes para a superação desses obstáculos e para a sustentabilidade da Coomafitt.

A evolução da cadeia produtiva da Coomafitt entre 2019 e 2024 evidencia o impacto positivo das políticas públicas, como o PAA da Conab, que tem sido um pilar essencial para o fortalecimento da AF. Este programa forneceu uma base sólida para o crescimento da produção e a diversificação de produtos, além de facilitar a comercialização para comunidades em situação de vulnerabilidade. O sucesso da Coomafitt sublinha a importância de manter e ampliar programas de apoio à AF, não apenas como uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, mas também como uma forma de garantir a segurança alimentar. O papel das políticas públicas, portanto, é fundamental para criar um futuro mais robusto e sustentável para a AF e para as comunidades que dela dependem.

Copyright (©) 2026 - Ingrid Fecker, Michel Lara de Oliveira, Zenicléia Angelita Deggerone, Adriana Carla Dias Trevisan.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pâmela C.A.; BONAVIGO, Semar A.; ZAMBIAZI, Larissa. O incentivo ao protagonismo feminino nas cooperativas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. e88508, 2025. DOI: 10.5902/2359043288508. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/88508>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Editora Rural, 1998.

AQUINO, Joacir R.; SCHNEIDER, Sérgio. O papel da agricultura familiar na superação da crise atual. **Brasil Debate**. (Site). Publicado em: 27 abr. 2021. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/opapel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual/>. Acesso em: 13 ago. 2025

BRAGA, Natália L.; MACIEL, Regina H. Cooperativismo e Associativismo no Ceará: Formação dos Empreendimentos e Trajetória Laboral de Seus Associados. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e234435, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/d4wRmbnDvCpNPTQchKQnj9K/?format=html&lang=pt> Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. **Relatório de Agentes e Operações**. Disponível em: https://sisdep.Conab.gov.br/transparencia_internet/relatorio/AgenteOperacao?ln=1. Acesso em: 11 nov. 2024.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. **Relatórios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2019-2024**. Disponível em: <https://consultaweb.Conab.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2024.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento – Conab). **Dados de comercialização da agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.Conab.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2024.

_____. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em: 23 out. 2024.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020. **Estabelece diretrizes para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília: FNDE, 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13414-resolucao-cd-fnde-n-6-de-8-de-maio-de-2020>. Acesso em: 29 mai. 2025.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2024a.

_____. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2024b.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2024.

_____. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2024.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2021-2022/agricultura-familiar>. Acesso em: 02 jun. 2024.

_____. Portal da Transparência do Governo Federal. **Consulta de dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2025. Disponível em: <https://consultaweb.Conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 28 mai. 2025.

_____. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2023–2024: o maior da história**. Brasília, DF: MAPA, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/plano-safra-2023-2024.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024: mais valor para quem alimenta o Brasil**. [S. l.]: MDA, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/CARTILHA_PLANOSAFRA.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

CARNEOSSO, Poliana B.; BATISTA, Angeliza Q.S.; VAZ, Ricardo Z. Impacto das mudanças climáticas na agricultura familiar: desafios, adaptações e implicações socioeconômicas. In: Colóquio de Pesquisas em Agronegócios, 2024, [S. l.]. **Anais – O futuro dos sistemas agroalimentares**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/569/2024/11/IMPACTO-DAS-MUDANCAS-CLIMATICAS-NA-AGRICULTURA-FAMILIAR-DESAFIOS-ADAPTACOES-E-IMPLICACOES-SOCIOECONOMICAS.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHAVES, Viviany M. **Agricultura familiar e os desafios para o desenvolvimento sustentável: do acesso aos mercados institucionais à resiliência contrachocos no sistema alimentar**. 2023. 142f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52213>. Acesso em: 25 ago. 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Agricultura Familiar: Panorama e Indicadores**. Brasília: CONAB, 2022.

FIAN BRASIL - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Alimentação e nutrição adequadas no PNAE: mais alimentos frescos, menos ultraprocessados**. [S. l.]: FIAN Brasil, 2024. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Cartilha-Alimentacao-e-Nutricao-Adequadas-no-Pnae.pdf>. Acesso em: 25. ago. 2025

LEITE, João Guilherme D.B.; LORENZI, Luana K. Participação das mulheres em cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 9, n. 18, p. e11, 2023. DOI: 10.5902/2359043266716. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/66716>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LEITE, Sérgio P. *et al.* Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: GOMIDE, A. Á.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: Ipea, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-049-3/capitulo13>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GRISA, Cátia; GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. "Produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, Cátia; GAZOLLA, Márcio; SCHMITT, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

GRISA, Cátia *et al.* **A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MACIEL, Mitali D.A.; TROIAN, Alessandra. A produção de novidades da agricultura familiar: O protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. **Desafio Online**, Campo Grande, v.10, n.3, p 409-431, 2022.

MAKISKI, Fausto *et al.* Políticas públicas e resiliência da agricultura familiar. In: OLIVAL, Alexandre A. *et al.* (org.). **Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da Agricultura Familiar na Amazônia norte-mato-grossense**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2021.

MOREIRA Isabela R.J. *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. **Espaço Aberto**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 196-227, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12268654009>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ROCHA, Adilson C.; STEINER NETO, Pedro José. Inovação e sustentabilidade: a postura inovadora das cooperativas agropecuárias atuantes na Região Sul do Brasil. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 01–37, 2021. DOI: 10.5902/2359043243058. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/e43058>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SAMBUICHI, Regina Helena R. *et al.* **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos agricultores familiares.** Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, 2820). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11615/1/TD_2820_Web.pdf. Acesso em: 02 mai. 2024.

SAMBUICHI, Regina Helena R. *et al.* **Incentivo à produção agroecológica e orgânica da agricultura familiar pelo programa de aquisição de alimentos.** Brasília, DF: Ipea, 2024. (Texto para Discussão, 3070). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3070-port>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SANTOS, Sandro P. **Panorama da produção acadêmica sobre alimentação escolar e agricultura familiar no Brasil.** Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, 2656). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/4e8bd633-3dad-4614-8d272601d6998c1d/-content>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia C.; CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-135.

SILVA, Sandro P.; CIRÍACO, Juliane S. **Análise do efeito do Pronaf sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino.** Brasília: IPEA, 2022. (Texto para Discussão, 2827). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11540>. Acesso em: 07 dez 2025.

SOUZA, Diego Neves de. O que dizem as políticas públicas da agricultura familiar sobre inclusão produtiva? Uma análise sob a abordagem da narrativa governamental. **Interações**, Campo Grande, v. 22, n. 2, p 387-403, 2021.

THESING, Nelson José *et al.* Estudo sobre as percepções dos jovens na perspectiva da sua atuação no cooperativismo. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 217-237, 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3702](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3702). Acesso em: 25. ago. 2025.

VIEIRA, Daniel C.; COIMBRA, Roberta S.; FEITOSA, Ana Cristina. Sistemas participativos de garantia para avaliação da conformidade orgânica em territórios da reforma agrária do Brasil: instrumentos de organização da produção agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8848>. Acesso em: 25 ago. 2025.